

/ PALAVRA DO LEITOR

Historinha de sexta

Na coluna Começo de Conversa publicada no dia 30/01, Fernando Albrecht relembra a praia de Tramandaí na década de 1960, seus cheiros e hábitos dos veranistas. Paralelamente, aborda o inchaço atual das praias e seus problemas (Jornal do Comércio, 30, 31 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro). Excelente o texto do Fernando Albrecht sobre Tramandaí e seus cheiros de antigamente. Nos remete ao tempo em que tudo era mais bonito e precioso. Parabéns! (Henrique Palombini)



Historinha de sexta II

Parabéns, Fernando Albrecht! Tuas historinhas estão cada vez melhores! (Sérgio Escobar)

Historinha de sexta III

O Fernando Albrecht me fez viajar 50 anos atrás da minha vida com seus comentários sobre “Por que não se pisa mais em siri?”. Obrigado por este presente maravilhoso, o saudosismo de nossos veraneios, principalmente com a riqueza de detalhes. (José Eduardo da Silva Sperb)

Grammy

Nos EUA, artistas atacam a política migratória em cerimônia do Grammy e Trump reage (JC, 02/02/2026). Sempre os artistas, ganhando milhões, com seus empresários influentes, dando depoimentos bombásticos de como a sociedade deveria ser. (Muri-lo Maestri)

Mulheres no cinema

Reportagem cultural publicada no Caderno Viver traça o perfil de quatro importantes produtoras do cinema gaúcho: Aletéia Selonk, Jessica Luz, Nora Goulart e Sofia Ferreira (JC, 15/01/2026). Parabéns pela excelente e inspiradora reportagem sobre mulheres no cinema gaúcho. (Camila Kuhn Kappler)



Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

RS repete erros e perde investimentos

Rodrigo Lorenzoni

O Rio Grande do Sul parece preso a um ciclo que se repete com preocupante frequência: perder grandes investimentos por escolhas políticas equivocadas. Mudam os governos, mudam os discursos, mas o resultado insiste em ser o mesmo – oportunidades desperdiçadas e prejuízos duradouros para a economia gaúcha.

No fim dos anos 1990, durante o governo de Olívio Dutra, o Estado perdeu a instalação da fábrica da Ford. O projeto estava avançado, havia acordo firmado e expectativa concreta de geração de milhares de empregos. Ainda assim, o novo governo optou por questionar contratos e incentivos já pactuados, criando um ambiente de insegurança jurídica que afastou a montadora. A Ford seguiu para a Bahia, onde encontrou previsibilidade, decisão política e pragmatismo. O Rio Grande do Sul ficou com o prejuízo, sentido até hoje.

Mais de duas décadas depois, o roteiro se repete. Nesta semana, o Estado perdeu a disputa para receber a montadora chinesa GWM, que avaliava instalar uma unidade na cidade de Rio Grande. Tratava-se de um investimento bilionário, com potencial de gerar milhares de empregos diretos e indiretos e de reposicionar o RS na cadeia automotiva do futuro. Mais uma vez, o investimento não ficou.

Os contextos são diferentes, mas o desfecho

é inquietantemente semelhante. Se, no caso da Ford, a perda esteve associada a uma rejeição ideológica explícita ao setor privado, no episódio da GWM o problema é outro – e não menos grave: a incapacidade do Estado de ser competitivo, ágil e confiável.

Empresas que investem bilhões não se movem por discursos, slogans ou campanhas publicitárias. Buscam regras claras, segurança jurídica, ambiente regulatório eficiente e infraestrutura adequada. Onde esses fatores existem, o capital permanece. Onde não existem, ele simplesmente vai embora.

A diferença entre os dois episódios está na forma, não na essência. No passado, o erro foi assumido e ideológico. Hoje, é silencioso, travestido de discurso moderno, mas igualmente danoso. O Rio Grande do Sul segue pagando caro por não compreender que desenvolvimento não se decreta – se constrói com pragmatismo, responsabilidade e respeito à liberdade econômica.

Deputado estadual (PP)

O resultado insiste em ser o mesmo, oportunidades desperdiçadas e prejuízos

Terras raras: política nacional e futuro

Evandro Eifler Neto

A discussão sobre terras raras no Brasil precisa ser colocada em seu devido contexto. No mundo, trata-se de um mercado ainda pequeno, que movimenta entre US\$ 4 bilhões e US\$ 14 bilhões por ano. Para fins de comparação, a Vale exportou US\$ 43 bilhões em 2025 somente em minério de ferro no País. Ainda assim, seu peso estratégico

é desproporcional ao valor financeiro, pois assim como o petróleo foi determinante no pós-Segunda Guerra Mundial e o urânio marcou a era nuclear, agora, na era das terras raras, o Brasil possui uma relevância potencial extraordinária. A questão central é decidir se o País

continuará restrito à exportação de matéria bruta ou se assumirá um protagonismo tecnológico e industrial.

A história recente dos Estados Unidos e da China é elucidativa. Nos anos 1980, os EUA lideravam a produção global, mas optaram por importar da China diante dos custos e dos impactos ambientais do processamento. A China enxergou valor estratégico onde o Ocidente viu apenas des-

pesas. Essa visão se traduziu em política industrial, investimentos em infraestrutura, formação técnica e controle da cadeia produtiva. Hoje, os EUA contam com apenas uma mina ativa e enfrentam um déficit estrutural de mão de obra, enquanto a China opera mais de 40 minas e forma milhares de especialistas por ano.

Para o Brasil, a lição é clara: a materialização desse potencial passa por uma sólida política nacional. A mineração de terras raras está associada a projetos complexos e de longo prazo, que envolvem desafios regulatórios, logísticos e de infraestrutura, além de impactos ambientais relevantes sobre comunidades locais, com riscos de contaminação do solo e das águas subterrâneas. Nesse contexto, a gestão ambiental torna-se um eixo estratégico do negócio. Um modelo minerário preventivo requer planejamento, adoção de tecnologias sustentáveis, gestão moderna de rejeitos, reabilitação das áreas impactadas e monitoramento contínuo de parâmetros ambientais e operacionais.

O Brasil avança ao discutir uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, mas o sucesso dependerá da capacidade de articular crescimento econômico, preservação ambiental e agregação de valor. O histórico internacional mostra que nenhum país desenvolveu sua indústria de terras raras sem forte apoio governamental e gestão eficiente.

Diretor de Engenharia e EHS da Arvut